

Ensino Religioso



Ensino Religioso

Este curso reflete sobre questões do Ensino Religioso como disciplina escolar; seus aspectos, suas influências e seus reflexos na sociedade. A Educação Religiosa se trata de uma disciplina descritiva e reflexiva que aborda os fundamentos, costumes e valores das religiões existentes.

Os educadores dessa área abordam em suas aulas a importância e dimensão da liberdade religiosa.

Didática

Didática consiste na análise e desenvolvimento de técnicas e métodos que podem ser utilizados para ensinar determinado conteúdo para um indivíduo ou um grupo. A didática faz parte da ciência pedagógica, sendo responsável por estudar os processos de aprendizagem e ensino.

Os professores e instrutores utilizam a didática como meio para aplicar modelos de abordagens que possibilitam o aprendizado dos seus alunos. Em suma, a didática é o modo como o professor ensina determinado conteúdo para os discentes, garantindo, através de estratégias, a construção do conhecimento.

No entanto, a didática não deve ser interpretada como uma prática tecnicista. O objetivo desta é também desenvolver um pensamento crítico nos formadores, que devem analisar as técnicas e estratégias utilizadas de modo a reformulá-las ou questioná-las, quando for o caso.

Deste modo, pode-se afirmar que a didática é um estudo reflexivo que, a partir da capacidade crítica do profissional do ensino, deve auxiliar na transformação dos métodos didáticos de acordo com o ambiente ou tempo, por exemplo.

Alguns dos principais sinônimos de didática são: pedagógico, educativo, educacional e instrutivo.

Educação Religiosa

A Educação Religiosa se trata de uma disciplina descritiva e reflexiva que aborda os fundamentos, costumes e valores das religiões existentes. Os

educadores dessa área abordam em suas aulas a importância e dimensão da liberdade religiosa, trazem a tona questionamentos e respostas existentes, analisam o papel das tradições religiosas e a sua influência na estruturação e manutenção das diferentes culturas.

No ambiente escolar, o ensino religioso deve fundamentar-se nos princípios da cidadania e também na compreensão do outro. Essa disciplina não deve ser um aglomerado de conteúdos voltados para a evangelização ou alcance de seguidores de doutrinas.

Diferente disso, o estudo da religião deve ser visto como um dos caminhos para se chegar ao entendimento da sociedade humana e de si mesmo.

Esse ensino envolve questões relacionadas à vida e é uma alternativa para refletir o comportamento humano. Professores responsáveis por essa disciplina devem contar com uma metodologia que reforcem esse propósito.

O ensino religioso consiste em uma disciplina da educação básica brasileira, onde seu objetivo principal é propor reflexões sobre fundamentos, costumes e valores das várias religiões existentes na sociedade.

Ela é uma disciplina que se caracteriza pela busca da compreensão das diferentes formas de religião, explorando temas de seu interesse de maneira interdisciplinar, através de atividades que estimulem, sobretudo, o diálogo e o respeito entre religiões.

Desta forma, o ensino religioso pode ser ministrado de duas maneiras: A confessional, quando se ministra informações exclusivamente de uma determinada religião ou a plurirreligiosa ou interconfessional, quando se ministra informações sobre os principais grupos religiosos.

Do ponto de vista da escola como uma instituição pluralista, o foco do ensino religioso visa o despertar da religiosidade nos alunos, desde a infância à adolescência. Porém, esta é uma prática que também pode ocorrer no ambiente doméstico.

A Constituição Federal de 1988 afirma que o Brasil é um estado laico e que, portanto, não pode promover ou defender doutrinas de qualquer religião. Por esta razão, a disciplina do ensino religioso é facultativa, ou seja, ninguém pode ser obrigado a cursá-la e ela também não tem influência no desempenho escolar do aluno.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante à CF, reafirma o caráter facultativo da disciplina, conforme o que prescreve no artigo 33:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Entretanto, no dia 27 de setembro de 2017, uma determinação do Supremo Tribunal Federal decidiu estabelecer que o ensino religioso nas escolas públicas pode ter o caráter confessional, ou seja, as aulas podem ser ministradas de acordo com os ensinamentos de uma religião específica, porém, continua a ter o caráter facultativo.

Estado Laico

Estado laico significa um país ou nação com uma posição neutra no campo religioso. Também conhecido como Estado secular, o Estado laico tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma religião.

Um Estado laico defende a liberdade religiosa a todos os seus cidadãos e não permite a interferência de correntes religiosas em matérias sociopolíticas e culturais.

Um país laico é aquele que segue o caminho do laicismo, uma doutrina que defende que a religião não deve ter influência nos assuntos do Estado. O laicismo foi responsável pela separação entre a Igreja e o Estado e ganhou força com a Revolução Francesa.

O Brasil é oficialmente um Estado laico, pois a Constituição Brasileira e outras legislações preveem a liberdade de crença religiosa aos cidadãos, além de proteção e respeito às manifestações religiosas.

No artigo 5º da Constituição Brasileira (1988) está escrito:

“VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”

Contudo, a laicidade do Estado pressupõe a não intervenção da Igreja no Estado, e um aspecto que contraria essa postura é o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras.

Nos países que não são laicos (teocráticos), a religião exerce o seu controle político na definição das ações governativas. Nos países teocráticos, o sistema de governo está sujeito a uma religião oficial. Alguns exemplos de nações teocráticas são: Vaticano (Igreja Católica), Irã (República Islâmica) e Israel (Estado Judeu).

Existe também o conceito de Estado confessional, em que o Estado reconhece uma determinada religião como sendo a oficial da nação. Apesar disso, não se deve confundir Estado teocrático com Estado confessional, porque no primeiro caso é a religião que define o rumo do país, enquanto que no segundo a religião não é tão importante como no primeiro, mas ainda assim tem bastante mais influência do que em um Estado laico.

Estratégias e recursos para aulas

Conhecendo as características do calendário cristão.

Recordando: Professor antes de iniciar a atividade 1 faça uma pequena recordação destacando para os alunos que os calendários são uma criação humana, ou seja, são culturais e não naturais, por isso existem diferentes calendários, de acordo com as necessidades de cada sociedade.

- Apresente para a turma um calendário cristão.

Exemplo de calendário cristão:

- Instigue-os a pensar sobre a construção do calendário cristão.

1- quantos dias tem um calendário cristão?

2- quem o criou?

3- onde ele foi criado?

4- por que calendário cristão?

- A partir das respostas dos alunos direcione o debate destacando, que o calendário cristão é o adotado no Brasil, e que também recebe o nome de gregoriano e é apenas um entre quarenta calendários existentes em todo mundo. É importante ressaltar que não são todos os povos que utilizam o calendário cristão.

- Após essa exposição lance novos questionamentos para a turma:

1- Se não é todo mundo que usa o calendário cristão, que parte da população usa?

Professor! Leve para a sala um mapa mundi e aponte os países que utilizam o calendário cristão: países da União Europeia, da Europa Central, da América Latina, os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, Israel e a África do Sul.

Conhecendo a história do calendário cristão.

- Distribua esse pequeno texto para que os alunos possam acompanhar a origem da formação do calendário cristão e suas características.

"O calendário cristão foi inventado há, mais ou menos 1500 anos, em Roma, no século VI, por um monge da Igreja cristã, chamado Dionísio. Antes disso, na região que hoje conhecemos como Itália, os romanos usavam um calendário cujo ano 1 era o ano da posse do imperador Diocleciano, que se deu, conforme nosso calendário, no ano de 284 do nosso calendário. No entanto, no ano 525, quando o cristianismo estava bem forte na Itália, o monge Dionísio achou que o imperador Diocleciano não merecia a honra de ser o marco inicial de um calendário, pois ele havia perseguido vários cristãos, jogando-os no meio dos leões para serem comidos[1]. Desta forma, sugeriu a elaboração de um novo calendário, cujo ano 1 seria o do nascimento de Jesus Cristo. Dionísio escolheu Jesus Cristo para representar o ano 1, porque como um membro da Igreja Cristã, ele acreditava que Jesus era um enviado de Deus à terra para salvar os homens de seus pecados. Como esta sugestão foi feita mais de 500 anos após o nascimento de Jesus Cristo, os criadores deste calendário tiveram que calcular quando Cristo teria nascido, estudando toda a história do Império Romano, onde havia ocorrido o nascimento de Cristo. No entanto, em estudos recentes, descobriu-se que, nestes cálculos, Dionísio esqueceu de contar um período de quatro anos. Assim, na verdade, Jesus Cristo nasceu, mais ou menos, 04 anos antes do ano 1 de nosso calendário. Apesar deste erro, o calendário de Dionísio foi aceito pelos cristãos de todos os continentes e, por volta do ano 1000, já tinha se espalhado por toda a Europa. Em 1582, este calendário foi oficializado pelo papa Gregório XIII, por isso, ele é também

conhecido como calendário gregoriano, o qual usamos hoje. Enfim, o calendário que usamos hoje, como muitos outros aspectos de nossa cultura, é bastante influenciado pela cultura dos romanos que viveram na Europa, há mais de 2500 anos. O nosso calendário assemelha-se ao utilizado pelos romanos cristãos não só em relação a escolha do ano 1, mas também na contagem dos dias de um mês (30 ou 31 dias), na contagem dos meses de um ano (12 meses), nos nomes que utilizamos para denominar os meses. Por exemplo: o mês de janeiro relaciona-se com o mês janus dos romanos, chamado assim em homenagem ao seu deus Janus que protegia as portas de Roma; o mês de julho foi uma homenagem à Júlio César, grande general romano".

Texto produzido pela Professora Aléxia Pádua Franco, da Escola de Educação Básica da UFU, em julho de 2003 e revisto em novembro de 2010.

- Leia o texto com os alunos, discuta as suas idéias e depois proponha a seguinte reflexão:

O bispo Luiz Demétrio Valentini publicou, no dia 30/12/1999, um artigo na Folha de São Paulo, chamado "Cristo, 2000", no qual ele discutiu o calendário cristão e outros, afirmando: "um calendário é uma expressão cultural, religiosa, social, política e filosófica de uma civilização". Explique esta frase do bispo, mostrando os aspectos religiosos ou políticos que influenciaram a construção do calendário cristão.

- Debata com os alunos esta questão e escreva um resposta coletiva para ela.

Construindo a linha do tempo do calendário cristão.

Preencha a linha do tempo do calendário cristão, mostrando:

- 1- Qual acontecimento marca o ano 1 do calendário cristão
- 2- Motivo que levou à criação deste calendário (religioso, político, econômico, cultural...)
- 3- Em qual ano este calendário está nos dias atuais.

Criando um calendário.

- Peça aos alunos, em dupla, criarem um calendário de acordo com suas motivações. Qual seria o ano inicial deste calendário? Por quê?

- Solicita que cada dupla apresente o seu calendário para o restante da turma.

- Após cada apresentação, debata com a turma se o calendário apresentado tem uma motivação religiosa, política, cultural, etc.
- Conclua a atividade, destacando que os calendários são um criação humana motivada por questões políticas, religiosas, culturais, etc.

Avaliação

A avaliação da aprendizagem dos alunos deve ser feita durante todo o processo apresentado no item "estratégias e recursos" através das atividades que eles desenvolverão individual e coletivamente em cada uma das etapas da aula.

Como a festa natalina já é uma tradição cultural, as crianças costumam ver prédios, lojas, ruas, escolas e até mesmo sua residência ser arrumada para as comemorações do natal, é importante fazer uma reflexão sobre o significado desse evento de cunho religioso.

Leve para sala de aula cartões, enfeites natalinos, deixe as crianças explorarem esses objetos. Depois converse com elas em busca dos conhecimentos que já possuem sobre esse tema. Anote as observações das crianças.

Depois oriente as crianças a conversarem com seus familiares sobre como eles comemoram o natal. Envie como tarefa de casa um aviso solicitando informações sobre como a família comemora o natal.

Caros pais,

Iniciamos um estudo sobre a história do natal. Conversem com seus/suas filhos(as) sobre como a família de vocês comemoram a festa do natal.

Ajude seu/sua filho(a) a registrar as informações no caderno. Se possível nos envie fotos e/ou vídeos que registram esse momento.

Atenciosamente,

As Professoras

Atividade 2

Leia as informações, compartilhando as vivências dos alunos em relação as crenças religiosas referentes a festa natalina. Depois, passe o vídeo sobre a festa do Natal.

Atividade 3

Leve para sala de aula músicas natalinas. Ouça as músicas com as crianças, cantem várias vezes. No final elabore um livro com as músicas natalinas da turma, as crianças ilustram os livros. Grave um CD com as crianças cantando as músicas.

Sugestões de músicas natalinas.

Noite Feliz Noite feliz, Noite feliz, O Senhor, Deus de amor, pobrezinho nasceu em Belém. Eis na lapa Jesus, nosso bem. Dorme em paz, oh Jesus. Dorme em paz, oh Jesus. Noite de paz! Noite de amor! Tudo dorme em redor, entre os astros que espargem a luz, indicando o Menino Jesus. Brilha a estrela da paz. Noite de paz! Noite de amor! Nas campinas ao pastor, Lindos anjos mandados por Deus, Anunciam a nova dos céus; Nasce o bom Salvador! Noite de paz! Noite de amor! Oh, que belo resplendor Ilumina a o Menino Jesus! No presépio, do mundo eis a luz, Sol de eterno fulgor!

Bom Natal

Quero ver você não chorar,
não olhar pra traz, nem se arrepender do que faz.

Quero ver o amor vencer,
mas se a dor nascer você resistir e sorrir.

Se você pode ser assim,
tão enorme assim, eu vou crer.

Que o Natal existe,
que ninguém é triste,
que no mundo há sempre amor...

Bom Natal, um feliz Natal,
Muito amor e paz, pra você.
Pra você...

Natal das Crianças
Natal, Natal das crianças
Natal da noite de luz
Natal da estrela-guia
Natal do Menino Jesus
Blim, blão, blim, blão, blim, blão...
Bate o sino da matriz
Papai, mamãe rezando
Para o mundo ser feliz
Blim, blão, blim, blão, blim, blão...
O Papai Noel chegou
Também trazendo presente
Para a vovó e o vovô

Então é Natal
Então é Natal, e o que você fez?]
O ano termina, e nasce outra vez.
Então é Natal, a festa Cristã.
Do velho e do novo, do amor como um todo.
Então bom Natal, e um ano novo também.
Que seja feliz quem, souber o que é o bem.
Então é Natal, pro enfermo e pro são.

Pro rico e pro pobre, num só coração. Então bom Natal, pro branco e pro negro. Amarelo e vermelho, pra paz afinal.

Então bom Natal, e um ano novo também. Que seja feliz quem, souber o que é o bem.

Então é Natal, o que a gente fez?

O ano termina, e começa outra vez.

E Então é Natal, a festa Cristã. Do velho e do novo, o amor como um todo.

Então bom Natal, e um ano novo também.

Que seja feliz quem, souber o que é o bem.

Harehama, Há quem ama. Harehama, ha...

Então é Natal, e o que você fez?

O ano termina, e nasce outra vez. Hiroshima, Nagasaki, Mururoa...

É Natal, É Natal, É Natal.

Atividade 3

Organize um momento para brincar de faz de conta do Natal. Combine com as crianças como será a brincadeira. Relembre as informações que elas trouxeram sobre a comemoração do natal em suas casas. As crianças poderão brincar de fazer uma ceia natalina, uma dança, etc. essa brincadeira poder ser organizada na sala de aula ou na brinquedoteca.

Avaliação

Observar e registrar se a criança é capaz de:

Vivenciar aspectos relevantes da cultura do nosso povo.

Compreender o sentido da festa do Natal.

Respeitar as diferentes crenças religiosas.

Assistir vídeos de festas natalinas.

Ouvir e cantar músicas do repertório natalino.

Brincar de faz de conta com a temática do Natal.

Ensino religioso obrigatório

O texto aprovado pelo CNE incluiu novamente orientações sobre o ensino religioso nas escolas. O assunto estava nas versões anteriores da base, mas tinha sido excluído da terceira versão enviada pelo MEC em abril, e foi recolocado antes da votação.

Segundo o texto previsto na base nacional, o ensino religioso deve ser oferecido nas instituições públicas e privadas, mas como já ocorre e está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a matrícula poderá ser optativa aos alunos do ensino fundamental. Entre as competências para esse ensino estão a convivência com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.

O CNE ainda deverá decidir se o ensino religioso terá tratamento como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que resumem, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Base Nacional Comum Curricular:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos

sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Percebemos que a Educação Infantil, assim como o Ensino Religioso ainda são vistos de maneira preconceituosa por alguns profissionais da educação e até mesmo por alguns familiares. Pretendemos mostrar a importância desses elementos na formação de nossas crianças, somando junto dos outros saberes na formação de sua personalidade, para que possam se tornar pessoas capazes de dialogar, de se sensibilizar, de amar, de respeitar, de acreditar e de lutar por um mundo cada vez melhor. Tornando-se verdadeiros cidadãos do universo.

Como seres humanos, somos sempre desafiados, não só pela necessidade de sobrevivência, mas, pela necessidade de respostas. Assim, ao nos atermos à questão acerca do Ensino Religioso na Educação Infantil, nos vemos diante de diversos questionamentos que nos impulsionam a buscar respostas. Temos que considerar que todo ser humano vivencia uma experiência familiar que deve ser cultivada e ampliada com o decorrer dos tempos pela experiência social através do ambiente escolar, e da sociedade.

A partir daí é que a criança adquire autonomia e ao mesmo tempo aprende a vivenciar os aspectos relativos ao seu desenvolvimento psico-social e cultural. Nesse percurso começa a se definir o desenvolvimento do processo de construção de sua identidade, acompanhado da socialização, e da valorização da história de cada criança, onde o aprender se confunde com o lúdico e ao mesmo tempo a criança interage com a outra numa atitude de respeito, valorização e confiança uns com os outros.

No ambiente familiar essa dinâmica de cuidar e educar acontece livremente enquanto que no ambiente escolar ocorre de maneira articulada planejada previamente de acordo com a diversidade da cada realidade.

Na escola temos várias atividades:

- Desenhar, pintar, recortar, colar, etc.
- Atividades lúdicas;
- Atividades coletivas e individuais, entre outras.

Todas essas atividades estão voltadas para o desenvolvimento global da criança envolvendo a:

- Psicomotricidade;
- Linguagem;
- Raciocínio lógico;
- Noções de tempo e espaço.
- Socialização.

As autoras afirmam que o Ensino Religioso tem uma contribuição fundamental no processo de desenvolvimento integral da criança, uma vez que proporciona para a mesma ver o mundo de diferentes formas e ao mesmo tempo desperta para a convivência com as diferenças, respeitando-as e valorizando-as, o que facilita a compreender o seu relacionamento com a sua dimensão religiosa, e a do outro, através de:

- Símbolos e orações;
- Histórias dos líderes religiosos
- Livros sagrados,
- Festas religiosas entre outros

Dessa forma lúdica a criança vai se socializando e se familiarizando, crescendo fisicamente, cognitivamente e espiritualmente, onde o foco principal está na sua própria identidade religiosa, considerando também a diversidade inserida no contexto escolar. Isto acontecerá através do diálogo e do respeito às diferenças.

Ensino Religioso e escola pública

De acordo com a Constituição brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), desde que não sejam obrigatórias para os alunos e a instituição assegure o respeito à diversidade de credos e coíba o proselitismo, ou seja, a tentativa de impor um dogma ou converter alguém.

O terceiro motivo para deixar o Ensino Religioso fora do currículo é a essência da escola. Cabe a ela usar os dias letivos para ensinar aos estudantes os conteúdos sobre os diversos campos do conhecimento. Há tempos, sabe-se que estamos longe de cumprir essa obrigação básica. Os resultados de avaliações como a Prova Brasil e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, sigla em inglês) comprovam com clareza essa falta grave. Boa parte dos estudantes conclui o Ensino Fundamental sem alcançar proficiência em leitura, escrita e Matemática.

Num cenário ideal, a moral trabalhada no ambiente educacional não tem a ver com a pregada pelas religiões. Educação e verdades incontestáveis não combinam. Enquanto os credos são dogmáticos e pautados na heteronomia (quer dizer, as normas são reguladas por uma autoridade ou um poder onipresente), a escola é o lugar para a conquista e o desenvolvimento da autonomia moral. Isso quer dizer que crianças e adolescentes devem aprender e ser estimulados a analisar seus atos por meio da relação de respeito com o outro, compreendendo as razões e as consequências de se comportar de uma ou outra maneira. Bons projetos de Educação moral, que abrem espaço para questionamentos e mudanças de hábito, dão conta do recado.

Na sala de aula, os alunos aprendem a respeitar o próximo, independentemente de sexo, cor ou religião, conhecem uma nova língua – o yorubá, de origem africana–, descobrem como os povos do Togo e de Gana (que falam esse idioma) respeitam a natureza e têm contato com seus mitos e ervas. Atividades como essas poderiam ser aplicadas às aulas de ensino religioso para ensinar, por exemplo, o candomblé.

O ensino religioso é bom para crianças

Filhos de pais religiosos são mais comportados e ajustados que os outros, indica estudo. Trata-se da primeira pesquisa a olhar para os efeitos da religião no desenvolvimento das crianças.

Na avaliação dos professores, as crianças cujos pais participam regularmente de reuniões religiosas e conversavam frequentemente com seus filhos sobre religião demonstravam mais autocontrole, melhores habilidades sociais e mais facilidade de aprendizagem que as crianças com pais não-religiosos.

Primeiro, as comunidades religiosas prestam apoio social aos pais, o que pode melhorar as suas competências parentais. As crianças que participam dessas comunidades recebem as mesmas mensagens que ouvem dos pais. O fato de elas serem reforçadas por outros adultos contribui para que levam “mais a sério as mensagens que eles recebem em casa”.

Em segundo lugar, os valores e normas ensinados nas congregações religiosas tendem a ser de sacrifício pessoal em prol da família.

Geralmente não sei se as crianças evangélicas estão se comportando melhor do que as crianças católicas ou que os filhos de judeus”, resume. Mas ele ressalta que existe também um lado negativo: “Há certas expectativas sobre o comportamento das crianças dentro de um contexto religioso. Essas expectativas podem frustrar os pais”. Isso geraria conflito em outros aspectos da vida familiar quando os filhos crescem.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que as escolas ofereçam obrigatoriamente o ensino religioso para crianças. No entanto, a disciplina é facultativa, e os alunos só participam se eles [ou seus responsáveis] manifestarem interesse. Mesmo assim, a PGR entende que, por não determinar se as aulas podem ser confessionais (ligadas a uma confissão religiosa) ou não, a lei dá espaço para que predomine o ensino da religião católica nas escolas municipais e estaduais - o que violaria o princípio de que o Estado é laico.

O que está em jogo, para alguns, é o respeito à letra da Constituição de 1988. Para outros, o grau de tolerância às diferenças religiosas que temos hoje no país. E há quem acredite que o ensino de religiões cristãs nas escolas reflete a demografia do povo brasileiro e que seria "ingratidão" impedir o ensino confessional nas escolas.

Diariamente enfocamos os valores humanos com as crianças para que no futuro, se tornem pessoas justas, humanas, com sabedoria e autonomia. Percebemos nitidamente o cuidado que elas têm com o outro, com a natureza e o respeito a Deus”

As fontes do Ensino Religioso

Em nossa dissertação de mestrado (CÂNDIDO, 2004) propusemos como objeto de estudo apontar e caracterizar três fontes dos discursos sobre o ER, a saber, a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o FONAPER - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e o “Grupo do Não”. Apontar seus respectivos fundamentos e confrontá-las de modo a evidenciar seus reflexos na legislação sobre o ER para o Estado de São Paulo. No que diz respeito à CNBB, constatamos sua significativa contribuição para a distinção do ER da catequese, bem como para a garantia deste na Constituição de 1988. Relativamente ao FONAPER, sua contribuição para a consideração do ER como disciplina, bem como a clareza de suas concepções com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para esta disciplina. Quanto ao Grupo

do Não, que assim intitulamos por ter se manifestado contrário à implantação do ER nas escolas públicas de São Paulo, por ocasião da divulgação da Deliberação 16/2001, que organizava a matéria para este estado, sua contribuição para pensarmos um ER que considere a pluralidade, o ateísmo, a laicidade do estado e o homem e a mulher para além do religioso.

Identificamos que estão na esfera epistemológica as confusões, as reduções e as indistinções relativas ao ER, e as apontaremos no discurso das fontes. Da CNBB, destacamos a concepção de Deus “variável” que, ora considera o Deus cristão, necessariamente a ser acatado porque parte da tradição religiosa, ora reconhece a pluralidade e entende a necessidade do reconhecimento de que há várias dimensões religiosas, podendo ser diferentes as opções dos educandos. No ápice desta “variação”, está a compreensão do Transcendente, de Transcendência – denominações presentes na linguagem utilizada e que pretendem ser o lugar onde caibam todos os deuses, de todas as religiões e/ou tradições religiosas. Tais concepções e terminologias são acatadas na Declaração de Campinas, elaborada por professores de escolas católicas reunidos nesta cidade, por iniciativa da CNBB, para pensar o ER, mas que acaba por não contar com seu aval explícito. Em termos pedagógicos, quando os documentos da CNBB, citados nesta dissertação, apontam para que o ER respeite a confissão religiosa, abrem espaço para certa ambigüidade, uma vez que, mais especificamente no documento Por uma nova ordem constitucional, ao apontar que devam acontecer nas escolas diferentes “ensinos religiosos” de modo a atender às diferentes confissões, coloca o ER na perspectiva da confessionalidade..

Mas somente contribuir com o conhecimento não basta, como não deveria bastar a nenhuma disciplina, torna-se necessário e urgente, a nosso ver, comprometer-se em auxiliar nossos educandos na busca do sentido de sua vida, superando a própria cultura.

A Congada: Tradição Cultural Afro-brasileira e Patrimônio Cultural Imaterial

Atividade:

Para introduzir a Congada como manifestação histórica e cultural, exponha imagens da festa, questionando os alunos se eles conhecem essa festa. Estas imagens podem ser obtidas em vários sítios da Internet

Após todos participarem do debate, explique as origens da Congada, destacando a festa como uma manifestação popular cultural religiosa que remonta aos tempos da escravidão no Brasil, onde os escravos foram obrigados a introduzir em sua conduta religiosa os cultos católicos europeus, tendo muitas vezes que negar sua própria religião.

Na apresentação desta temática, aborde as seguintes questões:

Quais os motivos que levaram os negros trazidos da África a adotarem práticas religiosas da igreja católica?

Quais os motivos que levaram os negros a escolherem Nossa Senhora do Rosário e São Benedito como santos protetores dos negros?

Qual é o principal objetivo da Festa da Congada?

O que é Patrimônio Cultural Imaterial e qual sua importância?

Qual a importância de estudar a Festa da Congada?

Atenção, professor! Você poderá utilizar também o texto: A Congada em Uberlândia: a importância da participação da criança na festa

África e Brasil - laços através da religiosidade

Atividade:

I - Brasil um país de liberdade religiosa

Artigo da Constituição:

“A Constituição Federal, no artigo 5º, VI, estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.”

Pergunte aos alunos, após leitura desse trecho da Constituição:

a) Vocês conhecem ou já ouviram falar deste artigo da Constituição?

b) O que vocês entenderam desse artigo?

c) Vocês concordam com este artigo?

Após apresentar esta tabela aos alunos, sugira que eles façam uma pesquisa na escola sobre as religiões declaradas pelos alunos. A partir dessa pesquisa, peça que eles montem um quadro, como o modelo acima, com os resultados coletados.

Esta atividade poderá ser trabalhada juntamente com o professor da área de Matemática.

Utilizando as informações do artigo 5 da Constituição brasileira mais os dados da Tabela, faça um bate-papo reflexivo com os alunos, levantando os seguintes questionamentos:

- a) Hoje existe realmente liberdade de culto no Brasil?

- b) Em sua opinião, a que se deve a maior parte da população se declarar católica?

- c) Quais os motivos, em sua opinião, estão levando à diminuição das religiões afro-brasileiras no Brasil?

- d) Você acredita que exista ainda hoje discriminação religiosa?

- e) Monte com os alunos uma campanha contra o preconceito às religiões de matriz africana. Criar com os alunos um folder explicativo sobre estas religiões (candomblé e umbanda), com intuito de desmistificar os preconceitos existentes. Fazer cartazes e espalhá-los na escola com mensagens contra a intolerância religiosa.

Obs.: Professor, esta aula pode ser realizada conjuntamente com o professor da Área de Português e Artes, o qual orientará os alunos na elaboração de um folder (redação e arte) e nas confecções de cartazes.

Sobre a Morte e o Morrer

Atividade:

Inicie a aula propondo aos alunos a seguinte questão:

Para vocês, o que é a morte?

Incentive-os a falar livremente sobre o que pensam acerca da morte e do morrer, registrando na lousa as suas respostas. (Professor, as definições dos alunos podem estar associadas ao imaginário infantil; aos valores familiares,

sociais e culturais; às crenças religiosas; à concepção de morte como um fim natural do ciclo da vida, dentre outras).

Ao final, peça aos alunos que construam o conceito de morte a partir do que disseram e do que foi anotado na lousa pelo professor, copiando-o em seus cadernos.

Na sequência, exiba aos alunos as imagens sugeridas abaixo. A cada exibição, converse com as crianças sobre o que as imagens poderiam representar e as possíveis relações entre elas e as ideias de morte por elas transmitidas.

Dando continuidade, para ampliar o conceito de morte criado pela turma, solicite aos alunos que se organizem em grupos. Distribua um texto informativo sobre o tema “morte” para cada grupo, a fim de que leiam e produzam uma síntese sobre os aspectos mais significativos discutidos no texto. Os alunos deverão copiar a síntese produzida pelo grupo no caderno e, ao final, socializá-la com toda a classe. Neste momento, o professor poderá sugerir aos alunos que busquem os pontos de semelhança e diferença entre os textos dos grupos e o conceito de morte elaborado coletivamente por eles, podendo reescrevê-lo, acrescentando novas informações.

Trabalhando com Imagens - Cristianismo e Judaísmo

Agora faça o que se pede:

Professor, sugira aos alunos que acessem os links das imagens acima, referentes a passagens bíblicas, para visualizá-las em seu computador.

Depois, os alunos devem salvar as imagens no computador e elaborar para cada imagem um título e uma legenda bem criativa.

Todos os alunos deverão socializar suas imagens com todos da turma.

Pesquisa:

Apesar de partilhar algumas crenças comuns, o judaísmo e o cristianismo também apresentam importantes diferenças entre si. Proponha aos alunos que formem grupos de até quatro integrantes e que façam uma pesquisa sobre o Judaísmo e o Cristianismo, seguindo o roteiro abaixo:

Quais as semelhanças entre o judaísmo e o cristianismo?

Quais as diferenças entre o judaísmo e o cristianismo?

Por que Jerusalém é importante para judeus e cristãos?

Quais são os monumentos em Jerusalém que representam os judeus?

Quais são os monumentos em Jerusalém que representam os cristãos?

No Brasil, há uma cidade que também é considerada sagrada para os fiéis de uma religião?

Depois, os alunos deverão montar uma apresentação com os dados e imagens da pesquisa.

Os grupos deverão socializar suas apresentações com todos da turma.

O Ensino Religioso nas escolas: de acordo com a Constituição brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), desde que não sejam obrigatórias para os alunos e a instituição assegure o respeito à diversidade de credos e coíba o proselitismo, ou seja, a tentativa de impor um dogma ou converter alguém, é permitido as aulas de religião. ;a disciplina deve ser ensinada sem defender nenhuma instituição religiosa. O professor precisa estar bastante atento ao ministrar suas aulas nesta disciplina, devendo trabalhar conceitos básicos para uma boa convivência, respeito ao próximo, tolerância, entre outros.

O lúdico no ensino religioso

O trabalho lúdico no Ensino Religioso vem ao encontro da necessidade de uma prática pedagógica que crie um meio/ambiente estimulante para o aprendizado.

A experiência foi embasada nos pressupostos teóricos do Construtivismo de Piaget, no Interacionismo de Vygotsky, na Integração e Afetividade de Wallon, na Aprendizagem Significativa de Ausubel e nas Inteligências Múltiplas de Gardner.

De acordo com o que estes grandes teóricos que a Pedagogia traz como embasamento para as intervenções e estratégias no processo de ensino e aprendizagem, precisamos pensar a sala de aula em sua diversidade – nem todos os alunos aprendem da mesma maneira e a aprendizagem difere de

acordo com os níveis de desenvolvimento de cada aluno – por isso a importância de se desenvolver atividades que contemplem os diferentes estilos de aprendizagem.

Promover um processo de fixação dos conteúdos de Ensino Religioso trabalhados no ano letivo por meio da construção de jogos temáticos e da ludicidade proporcionada pelos mesmos.

Conteúdos Espaços

Espaços/Lugares Sagrados;

Símbolos Religiosos

Verificar se houve aprendizado dos seguintes conteúdos trabalhados:

- Espaços sagrados da comunidade, lugares de peregrinação no Brasil e no mundo;
- Símbolos de algumas tradições religiosas;
- Tradições religiosas;
- Líderes religiosos;
- Textos sagrados.

Durante o ano letivo os conteúdos apresentados (Espaços Sagrados, Símbolos Religiosos, Tradições Religiosas, Líderes Religiosos e Textos Sagrados) foram trabalhados a partir de diferentes estratégias e encaminhamentos metodológicos.

Inicialmente para cada conteúdo foram conduzidos momentos de diálogo com o propósito de contextualizar cada assunto a partir dos conhecimentos prévios dos alunos. Na etapa seguinte partiu-se para a sistematização dos conceitos e dos conhecimentos acerca de cada conteúdo:

- Para o trabalho com os espaços sagrados foram utilizadas imagens as quais foram analisadas. Em seguida foi elaborada coletivamente uma lista dos locais

sagrados estudados. Depois da lista pronta, foi promovido um “Bingo dos locais sagrados”. Cada aluno fez uma cartela com quatro espaços sagrados selecionando-os da listagem e conforme o sorteio cada aluno marcava na cartela o respectivo local sagrado descrito se tivesse em sua cartela. Além desta, foi realizada outra atividade em duplas: “Cruzadinha dos locais sagrados”. Posteriormente foi realizada uma pesquisa sobre o tema no laboratório de informática e a culminância deste trabalho foi a produção de maquetes as quais foram socializadas na escola por meio de uma exposição.

- Para o trabalho com os símbolos sagrados, os alunos trouxeram símbolos religiosos os quais foram expostos no centro do círculo. Então foram comentados os significados destes símbolos. Foi dada a oportunidade para os alunos manipularem os objetos simbólicos sendo ressaltada a importância do respeito às diferentes crenças. Foi também realizada a atividade “Jogo da memória dos símbolos religiosos” onde os alunos puderam identificar os símbolos religiosos e estabelecer seus significados. - O conteúdo que trata dos líderes religiosos foi trabalhado com imagens, ressaltando alguns aspectos da vida, dos ensinamentos e dos fatos ocorridos.

- Para o trabalho sobre os textos sagrados, os alunos trouxeram os livros sagrados das suas tradições, os quais foram apresentados e comentados. Além desses livros, a professora trouxe diversos livros de outras religiões os quais foram manuseados pelos alunos e procedeu-se a explicação sobre estes textos sagrados. Diversos mitos indígenas e afro-brasileiros foram apresentados em forma narrativa e em vídeos, especialmente mitos de criação do mundo e do homem.

É fundamental que as imagens e palavras contemplem tradições religiosas das matrizes ocidentais, orientais, indígenas e africanas.

1ª aula – Apresentar aos alunos a proposta de um trabalho de confecção de jogos tais como: jogo da memória, dominó entre outras possibilidades de jogos a partir dos temas: Espaços Sagrados, Símbolos Religiosos, Tradições Religiosas, Líderes Religiosos e Textos Sagrados. O professor organiza os grupos temáticos, distribui os materiais, auxilia na definição das funções de cada componente conforme as habilidades e no planejamento das atividades. Os alunos iniciam a confecção dos jogos e suas regras.

2ª aula – Confeção dos jogos nos grupos colaborativos. O professor nesta etapa coordena os grupos atendendo as possíveis dificuldades na elaboração dos jogos, mediando os conflitos e o processo de ensino e aprendizagem na interação entre os componentes de cada grupo. Como a avaliação é processual, o professor verifica em cada etapa de construção do conhecimento os progressos com relação à associação de significados entre as imagens e palavras de acordo com cada tradição religiosa apresentada.

3ª aula – Finalização da confecção dos jogos (autoavaliação/organização da apresentação). Nesta etapa os alunos avaliam seus jogos na prática, revendo suas regras e se necessário reformulando as etapas. Os grupos preparam e ensaiam suas apresentações. Também é importante na finalização, a plastificação das peças com a fita adesiva para que permita uma maior durabilidade dos jogos.

4ª aula – Apresentação dos jogos elaborados pelos grupos. Os alunos apresentam seus jogos. Cada integrante avalia sua aprendizagem. A turma avalia cada grupo apresentado. O professor realiza a avaliação final.

Materiais e recursos didáticos:

Caixas de fósforos, caixas de pasta de dente, caixas de leite, imagens e palavras impressas, cola, tesoura e fita adesiva larga.

Critérios de avaliação Verificar durante a realização da atividade proposta se os alunos identificam e reconhecem os símbolos religiosos, os lugares sagrados, textos sagrados, líderes religiosos e as diferentes tradições religiosas associando as imagens às suas definições, funções ou atribuições.

Resultados:

O trabalho lúdico nas aulas de Ensino Religioso proporcionou o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem em vários aspectos:

- o prazer de aprender brincando;

- a variedade de abordagens e estratégias ofertadas aos alunos com múltiplas formas de apresentar informações, respeitando as várias inteligências e estilos de aprendizagem dos alunos;
- o auxílio no processo de alfabetização a partir do estabelecimento de relação nas associações de significados entre as imagens e palavras;
- a familiarização e apropriação de simbologias, conceitos, denominações, atribuições, funções, entre outros aspectos das tradições religiosas - a auto-avaliação contínua realizada pelos alunos de seus progressos e limitações;
- as possibilidades de se trabalhar com outras áreas do conhecimento como na produção escrita das regras dos jogos (texto instrucional);
- a motivação interna, típica do lúdico, potencializando a exploração e a construção do conhecimento através dos jogos;

- a contribuição na aprendizagem dos alunos de 1º, 2º e 3º ano a partir da socialização dos jogos criados pelos alunos de 4º e 5º ano - a metodologia de aprendizagem colaborativa promovendo a atualização contínua de habilidades de cada aluno nos grupos onde, aprender é uma atividade social que precisa de colaboração;

- o trabalho em equipe compartilhando ideias e informações e gerando novo conhecimento - as características da alteridade sendo vivenciadas nas resoluções de problemas e conflitos surgidos das interações entre pares de diferentes níveis de aprendizagem.

Religião

Religião é uma fé, uma devoção a tudo que é considerado sagrado. É um culto que aproxima o homem das entidades a quem são atribuídos poderes sobrenaturais. É uma crença em que as pessoas buscam a satisfação nas práticas religiosas ou na fé, para superar o sofrimento e alcançar a felicidade.

Religião é também um conjunto de princípios, crenças e práticas de doutrinas religiosas, baseadas em livros sagrados, que unem seus seguidores numa mesma comunidade moral, chamada Igreja.

Todos os tipos de religião têm seus fundamentos, algumas se baseiam em diversas análises filosóficas, que explicam o que somos e porque viemos ao mundo. Outras se sobressaem pela fé e outras em extensos ensinamentos éticos.

Cristianismo

Cristianismo vem da palavra Cristo, que significa Messias, pessoa esperada, o redentor. É uma doutrina que acredita que Deus é o criador do universo e de toda a vida do planeta. O Cristianismo é um desdobramento do Judaísmo. Todas as formas de cristianismo obedecem às mesmas escrituras, veneram o Deus de Israel e consideram Jesus como o Cristo, Filho de Deus e Salvador da humanidade.

O cristianismo tem na Bíblia o livro sagrado dos cristãos e na Igreja o local da pregação dos ensinamentos de Cristo, através de seus Sacerdotes. As principais religiões ligadas ao Cristianismo são o Catolicismo, a Ortodoxa e o Protestantismo.

Catolicismo

Catolicismo é a religião dos cristãos, uma vertente do cristianismo, formado pela Igreja Católica Apostólica Romana, que tem seu centro no Vaticano e reconhece a autoridade suprema do Papa. O catolicismo é uma doutrina que além do culto a Jesus, enfatiza o culto a Virgem Maria e a diversos Santos.

A religião católica ou catolicismo tem a Bíblia como seu Livro Sagrado, e através dele transmite os ensinamentos do Evangelho de Cristo. O crucifixo é o símbolo maior da catolicismo, pois simboliza a cruz na qual Jesus Cristo morreu.

O catolicismo é uma doutrina que acredita na preparação dos fieis para a salvação de sua alma, que após a morte subirá ao paraíso, onde gozará o descanso eterno.

Religião ortodoxa

Religião ortodoxa é uma doutrina que teve sua origem no cristianismo, com a divisão da Igreja Católica em Católica do Ocidente e Ortodoxa do Oriente. A Igreja Ortodoxa é portanto um ramo da Igreja Católica, com pequenas diferenças em seus dogmas.

A religião ortodoxa ou Igreja Católica Ortodoxa, se define como a correta e verdadeira Igreja criada por Jesus Cristo, e que se manteve fiel a verdade, transmitida desde os Apóstolos até os dias de hoje.

A Igreja Ortodoxa é formada por várias igrejas autônomas e Patriarcados autocéfalos, onde a autoridade suprema é uma junta governante, o Santo Sínodo Ecumênico, onde a unidade tem origem na doutrina, na fé, nos cultos e sacramentos.

Protestantismo

Protestantismo é uma religião que adotou as doutrinas desenvolvidas na Europa, no século XVI, como resultado dos movimentos para reformar a Igreja Católica. O protestantismo é um dos ramos do cristianismo, que surgiu do movimento que rejeitou a autoridade romana e estabeleceu reformas nacionais em vários países do norte da Europa, como o Luteranismo na Suécia e parte da Alemanha, o Calvinismo na Escócia e em Genebra e o Anglicanismo na Inglaterra.

Protestantes seriam então, aquelas igrejas oriundas da Reforma, que apesar de surgirem posteriormente, obedecem aos princípios gerais do movimento reformista.

Judaísmo

O judaísmo é a religião dos judeus. É a mais antiga das religiões monoteístas do mundo. O judaísmo acredita na existência de um único Deus, que criou o universo. De acordo com algumas correntes do Judaísmo, Jesus Cristo foi um bom professor e para outros, foi um falso profeta.

Ao contrário do Cristianismo, o Judaísmo não vê Jesus como Filho de Deus, enviado para salvar o ser humano. Por esse motivo, os crentes no Judaísmo esperam até hoje pelo enviado de Deus para salvação do povo.

O judaísmo é um modo de vida, associado a uma combinação de fé e convicções religiosas. O judaísmo é uma religião da família, e grande parte da fé judaica é baseada nos ensinamentos recebidos no lar. O Torá ou Pentateuco é considerado o livro sagrado dos judeus. Os cultos judaicos são realizados nas sinagogas e são comandados por um rabino. O símbolo sagrado é o Menorá, um candelabro com sete braços, que representa a luz e inspiração divina que se propagam no mundo.

Islamismo

Islã é uma palavra árabe que significa submissão, aqueles que obedecem Alá.

O islamismo foi fundado pelo profeta Maomé, nascido em Meca, por volta de 570, na Arábia Ocidental. O que aceita a fé do islamismo é chamado de muçulmano. O livro sagrado é o Corão, onde a palavra de Deus foi revelada ao profeta Maomé. O templo é a mesquita.

Religião vem da religiosidade dos homens, onde a religião é a crença de que tudo se originou a partir de um mundo divino que afirma que a vida de todos e dá-lhe um sentido.

A palavra religião vem do latim e seus significados estudiosos deram duas definições: Alguns argumentam que a religião é derivada do verbo Re-re-legere ou seja, reunir, há aqueles que afirma derivar do verbo re-ligare que significa ligar-se em conjunto.

A religião sobrenatural que identifica a divindade com um ser superior à natureza, que é considerado, o criador, o pai e julgar as ações dos homens, e que vive em uma dimensão sobrenatural.

Religião revelada. Estamos lidando com uma religião revelada quando Deus procura o homem e se manifesta, ou seja, retirar o “véu” (= rivelazine) do mistério que o separa dos homens, fornece respostas para as questões fundamentais da vida, e revela a cada pessoa sua origem e seu destino, e mostra o caminho do bem e da felicidade.

Consideramos as religiões reveladas: judaísmo , cristianismo e islamismo.

A religião politeísta que dizem quando você acredita na presença de múltiplas divindades.

Quantas e quais são as religiões têm algumas características comuns incluem:

Faith. Com ele o homem expressa o amor de Deus, sua confiança e seu consentimento.

O fundador do evento, cada religião é atribuída a um fundador, um conjunto de pessoas sábias e / ou um ou mais eventos extraordinários, o conjunto de que forma a história sagrada de uma religião e um povo.

Os símbolos: cada religião tem os sinais que sintetizam um aspecto de sua doutrina ou história sagrada (por exemplo, a Estrela de Davi para os judeus, a cruz para os cristãos, crescente para os muçulmanos, ...).

Os textos sagrados: as mensagens e os fatos básicos das religiões encontradas em textos que são considerados sagrados pelos povos e comunidades que os recebem como verdades divinas sobre a qual basear a sua existência.

Os conteúdos: todas as religiões têm verdades sobre as origens do universo e da vida, o sentido da vida, o caminho para alcançar a felicidade plena, a redenção do sofrimento e da morte.

A organização religiosa, porque a adoração pode ser feita são necessários das pessoas que administram e são intermediários entre a comunidade de crentes e divindade.

As expressões de culto, embora de formas diferentes cada religião honra a Deus ou os deuses através de um conjunto de orações, rituais, celebrações e festas. Os elementos necessários para o culto religioso são em primeiro lugar um lugar sagrado onde comemoramos os atos de adoração.

Tempo sagrado, isto é, períodos, dias dedicados a celebrações específicas. Rite O conjunto de ações e palavras com que ele honra os deuses, por exemplo, o rito do enterro, o ritual de agradecimento ...

As regras de conduta: cada religião diz que o encontro com Deus deve ser expressa no comportamento conforme a Sua vontade.

Muitos dizem que a etimologia da religião encontra-se com a palavra em latim religare, que significa “para amarrar, se liguem.” Este parece ser favorecido na suposição de que isso ajuda a explicar a religião tem poder. O Dicionário de Inglês Oxford ressalta, porém, que a etimologia da palavra é duvidosa.

Educação religiosa

O ensino religioso é uma disciplina descritiva e reflexiva sobre os fundamentos, costumes e valores de uma ou mais religiões. Pode se dar tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente escolar. Pode ser confessional (quando ministra exclusivamente informações referentes a uma determinada religião) ou plurirreligiosa (quando ministra informações sobre os principais grupos religiosos).

Educação religiosa no ensino público - relações com a laicidade estatal

De acordo com a Constituição brasileira de 1988, o Brasil não pode promover ou defender doutrinas de qualquer religião, por ser um Estado Laico.[4] Apesar disso, a Igreja Católica demonstra interesse no ensino religioso nas escolas públicas. Admitindo-se que o Brasil, pelo seu laicismo, não pode ensinar dogmas ou doutrinas religiosas, não podendo prejudicá-las ou privilegiá-las, a constituição federal determina que dogmas não devem ser ensinados; alguns críticos afirmam que não devem ser ensinados especialmente para crianças, vez que dogmas não representam necessariamente a realidade e impedem questionamentos, por não terem compromisso com a realidade.

História

Brasil Colônia

Até a administração do Marquês de Pombal no Brasil, tal como em todo o Império Português, o ensino religioso era generalizado, sendo ministrado especialmente pelos jesuítas, que controlavam o ensino. A partir da administração de Pombal, o ensino passou a ser controlado pela coroa portuguesa.

Instaurando novas diretrizes, o governo de Pombal não teve dúvidas em modificar profundamente tudo o que até então havia sido estabelecido em matéria de ensino, no Brasil e em Portugal, inclusive com a expulsão dos jesuítas do Brasil. Contrariando a opinião do Visconde de São Leopoldo, que disse que a “expulsão da Companhia inaugurou terrível período de ignorância em nossa terra, de Norte a Sul”, Vianna diz que, pelo contrário, “numerosas foram as escolas de primeiras letras, as aulas e cadeiras de gramática, geografia, latim, grego, hebraico, retórica, poética, filosofia, matemática etc., abertas em todo país, até em pequenas vilas, a partir da reforma pombalina”. Alguns governadores e vice-reis, como o Conde de Bobadela e o Marquês de Lavradio, destacaram-se mesmo como protetores da instrução e das letras, favorecendo, por exemplo, a criação das Academias dos Seletos (em 1752) e Científica (em 1772). Para Vianna, bastará citar uma série de medidas, mesmo parciais, para que se verifique que, a exemplo do que era feito ao tempo dos jesuítas, e até com alguns efetivos aperfeiçoamentos, continuou o governo português a cuidar do ensino no Brasil, com resultados às vezes excelentes.

Conforme Vianna, a política educacional na época implantada por Portugal no Brasil atendeu às necessidades do meio e da época em que se deu.

Com o fim da administração de Pombal, o ensino voltou a ser controlado por religiosos.

República Velha (Constituição de 1891)

A Constituição Federal brasileira de 1891 era laica, não fazendo sequer menção a Deus. Com isso, separou a esfera pública da esfera privada. E Ruy Barbosa, que também teve seu lado de reformador social, traduzindo, até mesmo, livros pedagógicos para o português, em conformidade com a Constituição, defendeu a laicidade do ensino nas escolas públicas, em um parecer apresentado em setembro de 1882, na condição de deputado, escrevendo o seguinte no tópico que tratava sobre a laicidade:

“ As escolas primárias do Estado, bem como em todas as que forem sustentadas ou subvencionadas à custa do orçamento do Império ou de quaisquer propriedades, impostos ou recursos, seja de que ordem forem, consignadas nesta ou noutra qualquer lei geral, ao serviço da instrução pública, é absolutamente defeso ensinar, praticar, autorizar ou consentir o que quer que seja, que importe profissão de uma crença religiosa ou ofenda a outras. O ensino religioso será dado pelos ministros de cada culto, no edifício, se assim o requererem, aos alunos cujos pais o desejem, declarando-o ao professor, em horas que regularmente se determinarão, sempre posteriores às da aula, mas nunca durante mais de 45 minutos cada dia, nem mais de três vezes por semana. A qualidade de funcionário na administração, direção ou inspeção do ensino público, primário, secundário ou superior, é incompatível com o caráter eclesiástico, no clero secular ou regular, de qualquer culto, igreja ou seita religiosa. ”

Mesmo após a alegada mudança de postura de Ruy Barbosa em relação ao catolicismo, religião da qual ele teria reaproximado-se a partir de 1903 com o Discurso no Colégio Anchieta, já em 1910, em seu discurso inaugural da campanha presidencial, proferido no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1909, Ruy Barbosa voltou a sustentar a posição de que o ensino nas escolas públicas teria de ser laico.

“ Católico (...) associei sempre à religião a liberdade, bati-me sempre, no Brasil, entre os mais extremados, pela liberdade religiosa, fui, no Governo Provisório, o autor do ato, que separou a Igreja do Estado, e com satisfação íntima reivindico a minha parte na solução constitucional, que emancipou, em nossa terra, a consciência cristã dos vínculos do poder humano. ”

Depois, prossegue:

“ O princípio das igrejas livres no Estado livre tem duas hermenêuticas distintas e opostas: a francesa e a americana. Esta sinceramente liberal, não se assusta com a expansão do Catolicismo, a mais numerosa, hoje, de todas as confissões nos Estados Unidos, que nela vêem um dos grandes fatores da sua cultura e da sua estabilidade social. Aquela, obsessa do eterno fantasma do clericalismo, gira de reação em reação, inquieta, agressiva, proscritora. Com uma, sob as formas de liberdade republicana, assiste o século vinte ao tremendo acesso de regalismo, que banuiu do país, em França, todas as congregações religiosas. Sob a outra se reúnem, na América do Norte, os prófugos da perseguição ultramarina, e as coletividades religiosas se desenvolvem, tranquilas, prósperas, frutificativas, sem a mais ligeira nuvem no seu horizonte. Na melhor cordialidade, os prelados romanos e os membros do Sacro Colégio se sentam à mesa de Roosevelt, o protestante, que, não falta um só domingo, no templo do seu culto, aos deveres do serviço divino. Foi esta liberdade religiosa que nós escrevemos na constituição brasileira. Esta exclui do programa escolar o ensino da religião. Mas não consente que o ensino escolar, os livros escolares professem a irreligião e a incredulidade, nem obsta, quando exigido pelos pais, ao ensino religioso pelos ministros da religião, fora das horas escolares, no próprio edifício da escola. ”

O modus operandi exposto por Ruy Barbosa em relação ao ensino religioso é completamente diferente do decreto 19 941, de 1931, de Getúlio Vargas, e do acordo que trata das relações entre o Brasil e o Vaticano realizado em 2009, como exposto na sequência.

Salvo nos primeiros anos, por ainda conservar a tradição monárquica, o ensino público passou a ser laico no Brasil. No entanto o ensino religioso será reintroduzido nas escolas públicas, com amparo legal, em 1928, no Estado de Minas Gerais. O então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, baixou um decreto em 1928 autorizando o ensino do catecismo nas escolas primárias de seu estado. Em 1929, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou uma lei que determinava o ensino religioso nas escolas públicas do estado, prevendo frequência facultativa às aulas sem fazer alusão a nenhuma religião em particular. O artigo 1º da lei de 12 de outubro de 1929 determinava que nas escolas públicas é permitido o ensino religioso dentro do horário escolar.

Revolução de 1930 e Segunda República (1930-1937)

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930. Os efeitos dessa Revolução demoraram a aparecer, e uma nova Constituição foi aprovada em 1934,

chamada Constituição de 1934, depois de forte pressão social, como a Revolução Constitucionalista de 1932.

Mas, ainda em 1931, Getúlio e seu governo passaram a fazer alterações no Estado brasileiro. Uma delas foi a criação do decreto 19 941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal. Apesar de seu artigo 1º expressar que o ensino era facultativo, o artigo 2º estabelecia que só seriam dispensados, das aulas de religião, os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requeressem. Ou seja: ao contrário de uma disciplina eletiva comum, que só estão obrigados a cursá-la aqueles que nela inscreverem-se, neste caso todos deveriam cursá-la, com a exceção daqueles que expressamente requeressem não fazê-lo. No caso de silêncio o aluno a cursaria, numa clara inversão do ônus da declaração de vontade considerando aquilo que tradicionalmente se entende por "disciplina eletiva".

Muitos educadores, assim como pessoas de outras áreas, opuseram-se a esse decreto. Aqui, começam a ter destaque nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Lourenço Filho e Cecília Meireles no movimento Escola Nova.

Cecília Meireles foi uma grande crítica desse decreto e expôs a sua posição em várias colunas escritas para o Diário de Notícias. Em uma coluna escrita no dia 6 de maio de 1931, por exemplo, ela disse o seguinte sobre o decreto 19 941:

“ [Ele é] Um decretozinho provinciano, para agradar a alguns curas, e atrair ovelhas... Porque – não se acredita que nenhum espírito profundamente religioso – qualquer que seja a sua orientação religiosa – possa receber com alegria esse decreto em que fermentam os mais nocivos efeitos para a nossa pátria e para a humanidade. ”

Em outro artigo, publicado no dia 5 de maio de 1931, também publicado pelo Diário de Notícias, ela alerta para os perigos da corrupção que o ensino religioso pode causar:

“ Os adolescentes, pode ser que cheguem a entender alguma coisa. Porque esses estão numa idade cheia de perigos, – sentimental, vibrátil, romântica. Embriagados de incensos, com a imaginação transviada para abstrações facilmente pecaminosas, com o famoso terror do diabo e alguns exemplos eloquentes de hipocrisia moral, ao sabor de uma época em que a força dos revoltados esquece, às vezes, que é preciso perdoar sempre, – convencida de que se costuma abusar demais dos generosos, – estaremos assim, com uma juventude preparada para a ”

debilidade dos Junqueiras Freires e das Bovarys, – juventude que, para se salvar, só poderá lançar mão de um processo ainda mais covarde que a sua vida: a manha de dizer que sim com a boca e não com o pensamento, e ir fazendo às escondidas todas as coisas tortas que puderem, em troca das direitas, que não aprenderam a fazer".

Neste período, também merece destaque o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, citando um dos princípios fundamentais do ensino público:

“ A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas”. ”

Apesar de tudo, a Constituição de 1934, democrática e social, consagrou o ensino religioso nas escolas públicas de uma forma bem clara, era esta a vontade da maioria esmagadora dos constituintes, representantes da nação:

“ Art 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. ”

Estado Novo (1937-1945)

É instaurado o Estado Novo, e é mantido o ensino religioso nas escolas públicas, o que fazia parte de uma política de Getúlio Vargas de proximidade com a Igreja Católica. Paradoxalmente, foi exatamente na Constituição de 1937, chamada de polaquinha, verdadeira carta ditatorial, que nenhuma menção se fez a respeito do ensino religioso nas escolas públicas e, por influência deste mesmo pensamento laicista e positivista, a Constituição de 1937 retirou, do preâmbulo, até a clássica invocação da "proteção de Deus" constante das demais cartas constitucionais brasileiras.

Nova Democracia (Constituição de 1946 – Vigente Até 1964)

Em contraposição à constituição ditatorial do Estado Novo, neste novo período de restabelecimento democrático, os constituintes quiseram inserir novamente na Carta Magna, na Constituição de 1946 o seguinte dispositivo:

Art 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

(...)

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

Neste período, ganha destaque a Carta Brasileira de Educação Democrática, ainda de 1945, que manifestava:

“ São objetivos da educação democrática:

a) despertar a consciência da liberdade, o respeito pela diferenças individuais, o sentimento da responsabilidade e a confiança no poder da inteligência para encaminhamento e solução dos problemas sociais; (...) d) dar o maior relevo possível ao ensino das ciências, considerando que, além de ser a ciência grande fonte de progresso cultural, seu estudo concorre em magna parte, para criar e estimular o interesse pela verdade, espírito crítico e experimental e o sentimento de tolerância; e) evitar que influências dogmáticas deturpem o caráter democrático da escola e atentem contra a expansão da personalidade do educando.

”

Ainda do mesmo período é o "Manifesto dos Educadores - Mais uma Vez Convocados", de 1959, que apontava:

“ A luta que se abriu, em nosso país, entre os partidários da escola pública e os da escola particular, é, no fundo, a mesma que se travou e recrudescerá hora nesse, hora naquele país, entre a escola religiosa (ou o ensino confessional), de um lado, e a escola leiga (ou o ensino leigo), de outro lado. Esse, o aspecto religioso que temos o intuito de apenas apontar como fato histórico que está nas origens da questão, e sem a mais leve sombra de desrespeito aos sentimento, que somos os primeiros a reverenciar, da maioria do povo brasileiro. Ela disfarça-se com freqüência, quando não se apresenta abertamente, sob o aspecto de conflito entre a escola livre (digamos francamente, a escola confessional) e a escola pública ou, para sermos mais claros, o ensino leigo, a cujo desenvolvimento sempre esteve historicamente ligado o progresso da educação pública. Mais, continuando a decomposição do problema em seus elementos principais, implica-se a campanha contra a escola pública, se não é um dos fatores que a desencadearam, um aspecto econômico: é praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos

”

do Estado, do qual se reclamam, não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mais dessangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantém, as de iniciativa privada.

Criticando a Igreja Católica, tal manifesto expressava:

“ Em matéria religiosa, somos pela liberdade de culto e de crenças e erguemo-nos, com o padre J.-Henri Didon, dominicano e louvável orador, contra todos aqueles que querem fazer da religião um instrumento de política (instrumentum regni) e contra todos aqueles que querem fazer da política um instrumento da religião. Eu tenho a observar (escreveu o grande dominicano) que nada na fé católica, na autoridade eclesiástica se opõe a uma opinião liberal, republicana, democrática. Chegou a hora talvez em que o catolicismo deve demonstrar por fatos públicos que sua larga ideia de universalidade não é uma palavra vã e que há nele lugar para todas as opiniões políticas desde que elas respeitem a verdade, justiça e a virtude. ”

Ainda constava no mesmo manifesto:

“ A tudo isso, como a qualquer plano de organização, em bases mais sólidas e democráticas, da educação nacional, opõem-se abertamente as forças reacionárias, e nós sabemos muito bem onde elas se encontram e quais são seus maiores redutos de resistência. Na luta que agora se desfechou e para qual interesses de vária ordem, ideológicos e econômicos, empurraram os grupos empenhados em sustentá-la, o que disputam, afinal, em nome e sob a capa de liberdade, é a reconquista da direção ideológico da sociedade, - uma espécie de retorno à Idade Média, e os recursos do erário público para manterem instituições privadas, que, no entanto, custeadas, na hipótese, pelo Estado, mas não fiscalizadas, ainda se reservariam o direito de cobrar o ensino, até a mais desenvolvida mercantilização das escolas. Serão desvios e acidentes no processo histórico de desenvolvimento da educação no país: a história, porém, não avança por ordem ou dentro de um raciocínio lógico, e o problema é antes saber através de qual das desordens, criadoras ou arruinadoras, procuraremos, chegado o ”

momento, encaminhar a nossa ordem, que é a que a Constituição Federal estabeleceu e consulta os supremos interesses da nação”.

Ditadura Militar (1964-1985)

Com a instauração da ditadura militar, continuou a ser realizado o ensino religioso nas escolas públicas que já vinha sendo praticado desde a Constituição de 1934.

Restauração da Democracia (1985-Atual/Constituição de 1988)

A Constituição Federal brasileira de 1988 é laica, ao contrário da Constituição de 1934, da Constituição de 1946, inalterada pela Constituição de 1967/69 - no período da Ditadura Militar. Entretanto

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Observamos que é uma disciplina facultativa, ou seja, ninguém pode ser obrigado a cursá-la. Não obstante o texto expresso da Constituição, há quem defenda que o ensino religioso seja vedado pela constituição, porque a constituição veda o proselitismo e seria necessário respeitar o direito fundamental de liberdade religiosa dos ateus, por exemplo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9 394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 9 475, de 22 de julho de 1997) prescreve:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, consoante à CF, estabelece novamente o ensino religioso como opcional. Recentemente, o estado do Rio

de Janeiro regulamentou e implantou o ensino religioso nas escolas públicas, sem que houvesse controvérsias por parte das confissões religiosas brasileiras. A regulamentação consta da Lei Estadual 3 459, de 14 de setembro de 2000, que "dispõe sobre o ensino religioso confessional nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro":

“ Art. 1º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas, na Educação Básica, sendo disponível na forma confessional de acordo com as preferências manifestadas pelos responsáveis ou pelos próprios alunos a partir de 16 anos, inclusive, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Rio de Janeiro, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo único. No ato da matrícula, os pais, ou responsáveis pelos alunos deverão expressar, se desejarem, que seus filhos ou tutelados frequentem as aulas de ensino religioso.

Art. 2º Só poderão ministrar aulas de Ensino Religioso nas escolas oficiais, professores que atendam às seguintes condições

I – Que tenham registro no MEC, e de preferência que pertençam aos quadros do Magistério Público Estadual;

II – tenham sido credenciados pela autoridade religiosa competente, que deverá exigir do professor, formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida.

Art. 3º Fica estabelecido que o conteúdo do ensino religioso é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente.

Art. 4º A carga horária mínima da disciplina de Ensino Religioso será estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação, dentro das 800 (oitocentas) horas-aulas anuais.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir

”

concurso público específico para a disciplina de Ensino Religioso para suprir a carência de professores de Ensino Religioso para a regência de turmas na educação básica, especial, profissional e na reeducação, nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação, de Ciência e Tecnologia e de Justiça, e demais órgãos a critério do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo Único. A remuneração dos professores concursados obedecerá aos mesmos padrões remuneratórios de pessoal do quadro permanente do Magistério Público Estadual.

Segundo alguns estudiosos e juristas, o modelo adotado pelo Estado do Rio de Janeiro é o que se pode chamar de ensino religioso pluriconfessional, no sentido de que respeita os princípios de liberdade religiosa e o direito das famílias a que lhes seja oferecido pelo Estado o ensino religioso correspondente ao próprio credo e à própria identidade religiosa confessional.

Crítica

O jurista Daniel Sarmiento, por exemplo, tem o seguinte posicionamento:

“ A laicidade do Estado, levada a sério, não se esgota na vedação de adoção explícita pelo governo de determinada religião, nem tampouco na proibição de apoio ou privilégio público a qualquer confissão. Ela vai além, e envolve a pretensão republicana de delimitar espaços próprios e inconfundíveis para o poder político e para a fé. No Estado laico, a fé é questão privada. Já o poder político, exercido pelo Estado na esfera pública, deve basear-se em razões igualmente públicas – ou seja, em razões cuja possibilidade de aceitação pelo público em geral independa de convicções religiosas ou metafísicas particulares. A laicidade do Estado não se compadece com o exercício de autoridade pública com fundamento em dogmas de fé – ainda que professados pela religião majoritária –, pois ela impõe aos poderes estatais uma postura de imparcialidade e equidistância em relação às diferentes crenças religiosas, cosmovisões e concepções morais que ”

Ihes são subjacentes.

Recentemente, foi aprovado um acordo que trata das relações entre o Brasil e o Vaticano e prevê a possibilidade de ensino religioso nas escolas públicas. Essa aprovação não é impeditiva da proposição de uma ação para que seja declarada a inconstitucionalidade de tal acordo. A Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos tem se colocado contra esse acordo.

Conforme muitos autores, o ensino de religião nas escolas públicas não passa de um "proselitismo dela sobre a infância (às expensas do Estado)", o que seria uma clara violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial do artigo XVIII de tal carta que expressa que "[t]oda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião" (a liberdade de religião é tanto para crer, quanto para não crer), e no artigo XXII, também da DUDH, que expressa que "[t]oda pessoa, como membro da sociedade, tem direito (...) ao livre desenvolvimento da sua personalidade", bem como ao direito de liberdade religiosa quando expresso na Constituição de um Estado Laico, como é o caso de Portugal e do Brasil, embora muitas pessoas não tenham consciência disso devido a postura da Igreja Católica e da imprensa em tais países.

Em estudo publicado no ano de 2010 pela Universidade de Brasília, o ensino religioso no Brasil promove a intolerância religiosa e o preconceito. A partir da análise dos 25 principais livros didáticos usados nas escolas brasileiras, o estudo conclui que o material serve de proselitismo cristão, sobretudo católico romano, envolvendo a propagação do preconceito contra ateus e homossexuais. Segundo Débora Diniz, responsável pela pesquisa, "(o)s livros usam de generalizações para levar a desinformação e pregar o cristianismo".

Legislação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em um dispositivo de constitucionalidade duvidosa, expressa que a educação religiosa é um componente da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, e vedando quaisquer formas de proselitismo, com os conteúdos sendo estabelecidos pelos sistemas de ensino. Para lecionar a disciplina, é necessário que o educador possua diploma de curso superior, porém ainda são poucas as licenciaturas em ciência da religião no Brasil.

Conteúdo curricular

A disciplina, legalmente, não pode ser usada como catequese. Os seus conteúdos curriculares variam muito, porém existem orientações para que se contemple a experiência religiosa dos educandos, sem, no entanto, ser proselitista. Isto inclui um estudo das religiões presentes no Brasil e sua influência nos costumes, na ideologias e nas relações sociais. Todavia, há propostas acadêmicas que utilizam a história das religiões como componente essencial do currículo do ensino religioso. Contudo, há de se observar, no currículo, conceitos pedagógicos modernos, sobretudo as quatro palavras que são particularmente relacionadas entre si e que delimitam uma abordagem científica e educacional:

Pluridisciplinaridade; Multidisciplinaridade

Interdisciplinaridade

Transdisciplinaridade

Religiões no Brasil

A religião no Brasil é muito diversificada e caracteriza-se pelo sincretismo. A Constituição prevê a liberdade de religião e a Igreja e o Estado estão oficialmente separados, sendo o Brasil um Estado laico. A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de intolerância, sendo a prática religiosa geralmente livre no país. Segundo o Relatório Internacional de Liberdade Religiosa de 2005, elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, a "relação geralmente amigável entre religiões contribui para a liberdade religiosa" no Brasil. O Brasil é um país religiosamente diverso, com a tendência de mobilidade entre as religiões e o sincretismo religioso.

A população brasileira é majoritariamente cristã (87%), sendo sua maior parte católico-romana (64,4%). Herança da colonização portuguesa, o catolicismo foi a religião oficial do Estado até a Constituição Republicana de 1891, que instituiu o Estado laico. Também estão presentes os movimentos básicos

do protestantismo: adventismo, batistas, evangelicalismo, luteranos, metodismo e presbiterianismo. No entanto, existem muitas outras denominações religiosas no Brasil, algumas dessas igrejas são: pentecostais, episcopais, restauracionistas, entre outras. Há mais de três milhões e meio de espíritas (ou kardecistas) que seguem a doutrina espírita, codificada por Allan Kardec. O animismo também é forte dividindo-se em candomblé, umbanda, esoterismo, santo daime e tradições

indígenas. Existe também uma minoria de muçulmanos, budistas, judeus e neopagãos. 8% da população (cerca de 15 milhões de pessoas) declarou-se sem religião no último censo, podendo ser agnósticos, ateus ou deístas.

Nas últimas décadas, tem havido um grande aumento de igrejas neopentecostais, o que diminuiu o número de membros tanto da Igreja Católica quanto das religiões afro-brasileiras. Cerca de noventa por cento dos brasileiros declararam algum tipo de afiliação religiosa no último censo realizado.

O censo demográfico realizado em 2010, pelo IBGE, apontou a seguinte composição religiosa no Brasil: 64,6% dos brasileiros (cerca de 123 milhões) declaram-se católicos; 22,2% (cerca de 42,3 milhões) declaram-se protestantes (evangélicos tradicionais, pentecostais e neopentecostais); 8,0% (cerca de 15,3 milhões) declaram-se irreligiosos: ateus, agnósticos, ou deístas; 2,0% (cerca de 3,8 milhões) declaram-se espíritas; 0,7% (1,4 milhão) declaram-se as testemunhas de Jeová; 0,3% (588 mil) declaram-se seguidores do animismo afro-brasileiro como o Candomblé, o Tambor-de-mina, além da Umbanda; 1,6% (3,1 milhões) declaram-se seguidores de outras religiões, tais como: os budistas(243 mil), os judeus (107 mil), os messiânicos (103 mil), os esotéricos (74 mil), os espiritualistas (62 mil), os islâmicos (35 mil) e os hoasqueiros(35 mil). Há ainda registros de pessoas que declaram-se baha'ís e wiccanos, porém nunca foi revelado um número exato dos seguidores de tais religiões no país. Recentemente uma pesquisa demonstrou que 40% daqueles que dizem ser católicos, frequentam religiões espíritas.

Grupos religiosos

Bahá'í

Budismo

O budismo é provavelmente a maior de todas as religiões minoritárias do Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 havia 243 966 budistas no Brasil — em 1991 236 408 budistas, em 2000 214 873 budistas no país (-9.1%) O número relativamente grande de seguidores é devido, principalmente, a grande comunidade japonesa brasileira. Cerca de um quinto da comunidade japonesa no Brasil é seguidora do budismo. Ramos budistas japonesas, como o Budismo de Nitiren (mais notavelmente a Soka Gakkai), Jodo Shinshu e Zen são os mais populares.

No entanto, nos últimos anos tradições chinesas e do sudeste asiático, como a Mahayana e Theravada, estão ganhando popularidade. O budismo foi

introduzido no Brasil no início do século XX, por imigrantes japoneses, embora agora, 60% dos brasileiros japoneses sejam cristãos devido às atividades missionárias e casamento. No entanto, a cultura brasileira japonesa tem uma substancial influência budista.

Cristianismo

Catolicismo

A principal religião do Brasil, desde o século XVI, tem sido o catolicismo romano. Ela foi introduzida por missionários jesuítas que acompanharam os exploradores e colonizadores portugueses nas terras do país recém-descoberto. O Brasil é considerado o maior país do mundo em número de católicos nominais, com 64,6% da população brasileira declarando-se católica, de acordo com o Censo do IBGE de 2010.

No transcorrer do século XX, foi perceptível uma diminuição no interesse pelas formas tradicionais de religiosidade no país. Um reflexo disso é o aparecimento de grande número de pessoas que se intitulam católicos "não-praticantes". Uma pesquisa de 2007 da Fundação Getúlio Vargas, no entanto, indicou pesquisas mostram que o número de católicos estagnou no país depois de mais de 130 anos de queda. Entretanto, segundo dados do Censo do IBGE, entre os anos 2000 e 2010, o total de católicos diminuiu 1,4%, enquanto a população brasileira aumentou 12,3%. Em 2010, havia 123,2 milhões de católicos no País; em 2000, eram 124,9 milhões. Em dez anos, a comunidade católica perdeu uma população equivalente à de Curitiba.

Entre as tradições populares do catolicismo no Brasil estão as peregrinações à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, o quarto santuário mariano mais visitado do mundo, e é capaz de abrigar até 45.000 fiéis. Nossa Senhora Aparecida acabou por tornar-se a Padroeira do Brasil. Outras festas católicas importantes são o Círio de Nazaré, Festa do Divino, a Festa do Divino Pai Eterno, mais conhecida como Romaria de Trindade, em Goiás, e a Romaria de Nossa Senhora Medianeira, que ocorre anualmente no segundo domingo de novembro, em Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul.

A Renovação Carismática Católica (RCC) chegou ao Brasil no começo dos anos 1970. O movimento busca dar uma nova abordagem à evangelização e renovar algumas práticas da tradição católica, incentivando uma experiência pessoal com Deus através do Espírito Santo. Assemelha-se em certos aspectos às Igrejas Pentecostais, como no uso dos dons do Espírito Santo, na adoção de posturas que são consideradas fundamentalistas e numa maior rejeição ao sincretismo religioso por parte de seus integrantes.

A maior proporção de católicos está concentrada nas regiões Nordeste (72,2%) e Sul (70,1%) do país. A menor proporção de católicos é encontrado na região

Centro-Oeste. O Piauí tem a maior proporção de católicos (85,1%) e Rio de Janeiro tem a menor (45,8%). O município com o maior número de seguidores do catolicismo no Brasil é União da Serra, no Rio Grande do Sul, onde 99% da população se considera católica.

Protestantismo

O protestantismo é o segundo maior segmento religioso do Brasil, representado principalmente pelas igrejas evangélicas, com cerca de 59,8 milhões de fiéis, o que representa um sexto da população brasileira. Entre as maiores denominações protestantes tradicionais do Brasil em número de adeptos estão os batistas (3,7 milhões), presbiterianos (1,5 milhão), adventistas do sétimo dia (1,5 milhão), luteranos (1 milhão) e metodistas (340 mil). Entre os protestantes evangelicalistas (ou pentecostais e os neopentecostais), os grupos com o maior número de seguidores são a Assembleia de Deus (12,3 milhões), a Congregação Cristã no Brasil (2,3 milhões), a Igreja Universal do Reino de Deus (1,8 milhão) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (1,8 milhão).

O segmento religioso cristão protestante apresentou um forte crescimento no país nos últimos anos, aumentando o seu número de seguidores em 61% no período compreendido entre 2000 e 2010.

O protestantismo chegou ao Brasil pela primeira vez com viajantes e nas tentativas de colonização do Brasil por huguenotes (nome dado aos reformados franceses) e reformados holandeses e flamengos durante o período colonial. Esta tentativa não deixou frutos persistentes. Uma missão francesa enviada por João Calvino se estabeleceu, em 1557, numa das ilhas da Baía de Guanabara, fundando a França Antártica. As primeiras igrejas protestantes com atividade contínua chegaram ao Brasil quando, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos a nações amigas por meio do Tratado de Comércio e Navegação, comerciantes ingleses estabeleceram a Igreja Anglicana no país, em 1811. Seguiu-se então a implantação de outras igrejas protestantes por imigrantes que chegavam ao país: alemães trouxeram a Igreja Luterana, em 1824, imigrantes americanos trouxeram a Igreja Batista (em 1871) e a Metodista, e também a Igreja Adventista, em 1890. Os missionários Robert Kalley e Ashbel Green Simonton trouxeram as Igrejas Congregacional (em 1855) e Presbiteriana (em 1859), respectivamente, estas voltadas ao público brasileiro.

Os dados do Censo 2010 mostram que as religiões protestantes de origem pentecostal são as que têm a maior proporção de fiéis com renda per capita inferior a um salário mínimo: 63,7% do total. Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também mostram diferenças entre as áreas rurais e urbanas do país. Nas zonas rurais, 77,9% são católicos e 10,1% são evangélicos de origem pentecostal, enquanto nas zonas urbanas esses

percentuais são de 62,2% e 13,9%, respectivamente. Na média do país, 64,6% se declararam católicos e 12,2%, evangélicos pentecostais.

Adventismo

No Brasil segundo o IBGE são 561.071 membros da IASD em 2010 sob a coordenação de sete Uniões que administram as Associações e Missões. As instituições da IASD do Brasil e de sete países latino-americanos formam a Divisão Sul Americana, com sede em Brasília, Distrito Federal.

O adventismo chegou ao Brasil em 1884 através de publicações que chegaram pelo porto de Itajaí com destino a cidade de Brusque, no interior de Santa Catarina. Em maio de 1893 chegou o primeiro missionário adventista, Alberto B. Stauffer que introduziu formalmente através da Colportagem os primeiros contatos com a população. Em abril de 1895 foi realizado o primeiro batismo em Piracicaba, SP, sendo Guilherme Stein Jr o primeiro convertido. Inicialmente os estados brasileiros com maior presença germânica foram atingidos pela literatura adventista. Conforme informações repassadas pelo pastor F Westphal, a primeira Igreja Adventista do Sétimo Dia em solo nacional foi estabelecida na região de Gaspar, em Santa Catarina, em 1895, seguida por congregações no Rio de Janeiro e em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, todas no mesmo ano.

Com a fundação da gráfica adventista em 1905 em Taquari, RS (atual Casa Publicadora Brasileira localizada em Tatuí-SP), o trabalho se estabeleceu entre os brasileiros e se expandiu em todos os estados. A primeira Escola Adventista no Brasil surgiu em 1896 na cidade de Curitiba. Em 2005 somam-se 393 escolas de ensino fundamental e 118 do ensino médio com o total de 111.453 alunos e seis instituições de Ensino Superior (IES) com mais de cinco mil alunos que tem no Centro Universitário Adventista de São Paulo, sua matriz educacional. O UNASP[28] como é conhecida esta IES, surgiu em 1915, no Capão Redondo, SP e hoje conta com três campi: na cidade de São Paulo, em Engenheiro Coelho e Hortolândia.

Mormonismo

O mormonismo chegou ao Brasil em 1923, por meio de imigrantes alemães, porém o trabalho de proselitismo só se iniciou em 1929. De acordo com dados do IBGE, existiam 226 509 mórmons no Brasil, e A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias possui mais de 1.289.376 membros no país, com um crescimento de aproximadamente 460% nos últimos seis anos. Tem 34 Missões, 1.996 Congregações, 6 Templos e 329 Centros de História da Família.

A Igreja Mórmon no Brasil é presidida pelos Élderes (título que significa "senhor", "Irmão mais velho", "ancião") Cláudio R. M. Costa (Presidente), Jairo

Mazzagardi (Primeiro Conselheiro) e Marcos A. Aidukaitis (Segundo Conselheiro). No país, os mórmons, também chamados de SUD santos dos últimos dias, têm seis templos construídos, dedicados e em funcionamento (em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Campinas, Curitiba e Manaus) e três a construir, em Fortaleza, Rio de Janeiro e Belém. Pela crença mórmon, nesses templos são realizadas ordenanças como batismo vicário, casamento celestial e selamento de famílias, além de ser um lugar de aprendizado e espiritualidade. Somente membros batizados e dignos podem entrar os templos. A Igreja Mórmon realiza reuniões de adoração aos domingos em suas igrejas pelo Brasil que estão abertas ao público.

Igreja Ortodoxa

A Igreja Ortodoxa também se faz presente no Brasil. A Catedral Metropolitana Ortodoxa, localizada em São Paulo, na rua Vergueiro, além de ser a Sé da Arquidiocese da Igreja Católica Ortodoxa Antioquina de São Paulo é, também, de todo o Brasil. É um exemplo de construção arquitetônica bizantina que pode ser apreciado na América do Sul. Seu projeto, cuja edificação teve início da década de 1940, foi inspirado na Basílica de Santa Sofia em Constantinopla (atual Istambul) e foi inaugurada em janeiro de 1954. De acordo com dados do IBGE, existiam 131 571 cristãos ortodoxos no Brasil.

A Igreja Ortodoxa está representada no Brasil pelas seguintes jurisdições: Patriarcado de Antioquia, Patriarcado de Moscou, Patriarcado da Sérvia, Igreja Ortodoxa da Grécia, Igreja Ortodoxa da Ucrânia e Igreja Ortodoxa da Polônia, esta última tendo em posse uma Eparquia Ortodoxa do Brasil; e se encontra presente nos estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Pernambuco.

Também há presença no país de igrejas ortodoxas orientais: a mais numerosa sendo a Igreja Ortodoxa Síria, mas também de duas paróquias da Igreja Apostólica Armênia e uma da Igreja Ortodoxa Copta no estado de São Paulo. A comunidade ortodoxa oriental no país é amplamente composta por brasileiros convertidos e seus descendentes.

Testemunhas de Jeová

De acordo com dados do Censo de 2010 do IBGE, existiam 1,393,208 Testemunhas de Jeová no Brasil, que se distribuem em 11.802 congregações. O Brasil é na atualidade um dos países com maior número de Testemunhas de Jeová. Em 2015, foram feitos 28.349 batizados no país. No evento da Comemoração da Morte de Cristo estiveram presentes 1.743.624 pessoas. Foram realizados 863.612 estudos Bíblicos pelas Testemunhas no Brasil. Foram dedicadas 172.695.296 horas na pregação das Boas Novas no país.

As reuniões das Testemunhas de Jeová já ultrapassam uma média de um milhão pessoas presentes ao ano, sendo que 1,743,624 pessoas estiveram presentes em sua principal reunião anual de 2015, a Comemoração da Morte de Cristo. Os Estados com maior número de Testemunhas de Jeová são: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul.

Espiritismo

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o Brasil possuía 4,8 milhões de espíritas, sendo esse o terceiro maior grupo religioso do país, representando cerca de 3% da população brasileira. Com efeito, o IBGE trata os termos kardecismo e espiritismo como equivalentes em sua classificação censitária.

A doutrina espírita teve através de nomes como Bezerra de Menezes e Chico Xavier a oportunidade de se popularizar, espalhando seus ensinamentos por grande parte do território brasileiro. Hoje, o país é o que reúne o maior número de adeptos do espiritismo no mundo. Os espíritas são, também, o segmento social que têm maior renda e escolaridade, segundo os dados do mesmo Censo. Bezerra de Menezes foi presidente da Federação Espírita Brasileira (FEB) por duas gestões. A FEB foi fundada em janeiro de 1884, por Elias da Silva, com a finalidade de unificar o pensamento espírita no Brasil.

Como doutrina filosófica, o espiritismo foi sistematizado pelo pedagogo francês Allan Kardec n'O Livro dos Espíritos, publicado em 18 de abril de 1857. No Brasil, contudo, houve uma forte ressignificação das ideias espíritas, que foram carregadas de um viés muito mais religioso do que o existente na Europa. Foi dentro dessa perspectiva que o espiritismo foi amplamente divulgado no Brasil, ainda na segunda metade do século XIX, atraindo principalmente a classe média. Em setembro de 1865, em Salvador, Bahia, foi criado o "Grupo Familiar do Espiritismo", o primeiro centro espírita brasileiro. Em 1873, fundou-se a "Sociedade de Estudos Espíritas", com o lema "Sem caridade não há salvação; sem caridade não há verdadeiro espírita". Esse grupo dedicou-se a traduzir para o português as obras de Kardec, como "O Livro dos Espíritos", "O Livro dos Médiuns", "O Evangelho Segundo o Espiritismo", "O Céu e o Inferno" e "A Gênese".

Islamismo

Segundo o Censo de 2010, havia 35 167 muçulmanos no Brasil. Acredita-se que o islã chegou ao Brasil por meio de escravos africanos muçulmanos trazidos da África Ocidental. O Brasil recebeu mais muçulmanos escravizados do que qualquer outro lugar nas Américas. Durante o Ramadã, em janeiro de 1835, um pequeno grupo de escravos negros e libertos de Salvador, na Bahia, inspirados por professores muçulmanos, se levantaram contra o governo no

que ficou conhecido como Revolta dos Malês, a maior rebelião escrava no Brasil. (Muçulmanos eram chamados de malês na Bahia por causa da palavra imale do iorubá, que designava um muçulmano iorubá.) Temendo que o exemplo pudesse ser seguido, as autoridades brasileiras começaram a vigiar os malês com muito cuidado e, nos anos subsequentes, intensos esforços foram feitos para forçar conversões para o catolicismo e apagar a memória popular e o apreço pelo islã. No entanto, a comunidade muçulmana africana não foi eliminada com facilidade, e em 1910, estima-se que ainda havia cerca de 100.000 africanos muçulmanos vivendo no Brasil.

A maior parte dos muçulmanos brasileiros vive nos estados de São Paulo e Paraná, mas também existem comunidades significativas nos estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul. Grande parte desses muçulmanos são descendentes de imigrantes sírios e libaneses, que fixaram residência no país durante a Primeira Guerra Mundial na iminência da dissolução do Império Otomano. Entretanto, boa parte dos muçulmanos também é de origem palestina, marroquina, egípcia e africana. O Brasil também recebeu uma quantidade significativa de refugiados dos conflitos entre israelenses e palestinos, da Guerra do Líbano de 1982 e dos recentes conflitos no Iraque.

Uma tendência recente tem sido o aumento nas conversões ao islamismo entre os cidadãos não-árabes. Uma fonte muçulmana recente estima que existem cerca de 10 mil muçulmanos convertidos no Brasil. Os líderes da comunidade muçulmana no Brasil estimam que há entre 70.000 e 300.000 muçulmanos no país, com o menor valor que representando aqueles que praticam a religião, enquanto a estimativa mais elevada incluiria também membros nominais.

A convergência de imigrantes árabes para a fronteira do estado do Paraná com o Paraguai fez com que a região, especialmente a cidade de Foz do Iguaçu, se tornasse um dos locais de maior concentração de muçulmanos na América Latina. Proporcionalmente, a cidade possui a maior comunidade islâmica do Brasil.

Judaísmo

De acordo com dados do censo de 2010, existiam 107 329 judeus no Brasil, apesar de outras fontes apresentarem um número maior de seguidores. A maior proporção de judeus é encontrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os judeus chegaram pela primeira vez no Brasil como cristãos-novos ou convertidos, nomes aplicados aos judeus ou muçulmanos que se converteram ao catolicismo, a maioria deles à força. De acordo com os relatórios da Inquisição, muitos cristãos-novos que viviam no Brasil durante o período colonial foram condenados por secretamente manterem costumes

judaicos. Estes relatórios podem não ser confiáveis desde a Inquisição confiscou os bens terrenos de suas vítimas, e tinha um interesse direto na denúncia e convencendo-os.

Em 1630, os holandeses conquistaram partes do nordeste do Brasil e permitiram a prática aberta de qualquer religião. Muitos judeus vieram dos Países Baixos para viver no Brasil na área dominada pelos holandeses. A maioria deles eram descendentes dos judeus portugueses que tinham sido expulsos de Portugal, em 1497. Em 1636, a Sinagoga Kahal Zur Israel, a primeira sinagoga das Américas, foi construída no Recife, a capital da Nova Holanda (Brasil Holandês). O edifício original permanece intacto até hoje, mas os judeus foram forçados a sair do Brasil quando o Império Português retomou as terras em 1654.

A primeira vez que judeus ficaram no Brasil e puderam praticar abertamente a sua religião aconteceu quando a primeira constituição brasileira concedeu liberdade de religião em 1824, logo após a independência. Eles eram principalmente judeus marroquinos, descendentes dos judeus espanhóis e portugueses que tinham sido expulsos da Espanha em 1492 e de Portugal em 1497.

A primeira onda de judeus sefarditas foi ultrapassada pela maior onda de imigração de judeus ashkenazi, que chegou no final do século XIX e início do século XX, principalmente da Rússia, Polônia, Bielorrússia e Ucrânia. Um último grupo significativo veio, fugindo do nazismo e da destruição que se seguiu pela Segunda Guerra Mundial.

Neopaganismo

Começam a se difundir entre os brasileiros, atualmente, as religiões neo-pagãs, como a Wicca, a Ásatrú e o Neo-druidismo. Com a Wicca acontece um fator mais expressivo e especial. No Censo 2010, os wiccanos foram incluídos no grupo de "outras religiosidades" e "não determinadas". De qualquer forma, desde a década de 1990 a Wicca, ou a Bruxaria moderna em geral, têm crescido muito no país, especialmente no Rio de Janeiro, Nordeste e São Paulo.

Segundo o Censo demográfico realizado no ano de 2010 no Brasil pelo IBGE, a religião Wicca e o Paganismo não foram incluídos na relação das religiões existentes no país, desta forma, podemos dizer que muitos dos seguidores das religiões pagãs ou se formos ser mais específicos, da religião Wicca, foram distribuídos entre as tradições esotéricas (74.013 seguidores), outras religiões (11.306 seguidores) ou religiosidade não determinada/mal definida (628.219 seguidores).

Contudo, dentro deste contexto, a religião Wicca não é a única religião existente dentro do paganismo ou neo-paganismo, mas sendo ela a mais representativa e presente junto ao diálogo inter-religioso de nosso país, a coloca como a de maior expressão, conseguinte, a de maior número junto às demais religiões neo-pagãs. Neste prisma, podemos fazer um cálculo estimativo e aproximado de que haja em torno de 350 mil à 400 mil seguidores da religião Wicca em nosso país.

Religiões afro-brasileiras

As chamadas religiões afro-brasileiras compõem o candomblé que é dividido em várias congregações, o Batuque, o Xangô do Nordeste, a Encantaria, o Tambor de Mina, a Quimbanda e o Xambá foram trazidas originalmente pelos escravos. Estes escravos cultuavam seu Deus, e as divindades chamadas Orixás, Voduns ou inkices com cantos e danças trazidos da África.

A umbanda é considerada por muitos uma religião nascida no Brasil, tendo certo reconhecimento legal como a única religião brasileira. Surgiu em 15 de novembro de 1908 em São Gonçalo da Guanabara, no Rio de Janeiro, embora existam relatos de outras datas e locais de manifestação desta religião antes e durante este período seus adeptos aceitam esta data como o início histórico da mesma. Nas práticas atuais, os seguidores da umbanda deixam oferendas de alimentos, velas e flores em lugares públicos para os espíritos. Os terreiros de candomblé são discretos da vista geral, exceto em festas famosas, tais como a Festa de Iemanjá em todo o litoral brasileiro e Festa do Bonfim na Bahia. Estas religiões estão em todo o país.

O Brasil é bastante conhecido pelos ritmos alegres de sua música, como o Samba e a conhecida como Música Popular do Brasil (MPB). Isto pode relacionar-se ao fato de que os antigos proprietários de escravos no Brasil permitiam que seus escravos continuassem sua tradição de tocar tambores (ao contrário dos proprietários de escravos dos Estados Unidos que temiam o uso dos tambores para comunicações). Hoje, as Casas de Santo das religiões sincréticas são formalmente filiadas à Federação de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros, responsável por emitir a certidão de casamento religioso desses cultos.

Com a vinda dos escravos para o Brasil, seus costumes deram origem a diversas religiões, sendo a mais expressiva delas o candomblé, que tem milhões de seguidores, principalmente entre a população negra, descendente de africanos. Estão concentradas em maior número nos grandes centros urbanos do Norte e do Nordeste do país, mas também com grande presença no Sudeste. Diferente do candomblé, que é a religião sobrevivente da África ocidental, há também a Umbanda, que representa o sincretismo religioso entre o catolicismo, espiritismo e os orixás africanos. As religiões de matriz africana foram e ainda são perseguidas e discriminadas no Brasil.

Hinduísmo

Existem pequenas comunidades hinduístas no Brasil.

Santo Daime e religiões ameríndias

Do Estado da Bahia para o Norte há práticas diferentes de matriz americana, alguns em sincretismo com elementos cristãos, como o Santo Daime, de influência católica romana; ou a União do Vegetal de influência espírita. Nas décadas mais recentes, tem crescido no Brasil o número de adeptos de religiões que fazem uso do chá Hoasca (também conhecido como ayahuasca) em seus rituais. São as chamadas religiões "hoasqueiras", nomenclatura sintética das religiões indígenas e xamânicas sincréticas que se originaram na Floresta Amazônica e no Sertão e hoje se expandem nos grandes centros urbanos. Entre elas, as mais representativas e organizadas são o Santo Daime, o Xamanismo Catimbó, a Jurema sagrada, a União do Vegetal e a Pajelança, são cultos com fortes elementos indígenas.

Em 2004, o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD), atual órgão do Ministério da Justiça brasileiro, reconheceu a legitimidade do uso religioso da ayahuasca e a legalidade de sua prática. Seu uso para fins religiosos foi regulamentado pelo CONAD em 25 de janeiro de 2010, em resolução na qual se estabelece as normas legais para a utilização do chá pelas instituições religiosas.

Não religiosos

De acordo com dados do Censo brasileiro de 2010 do IBGE, 8,0% da população brasileira declarou-se "sem religião" (o que equivale a 15,3 milhões de pessoas), dentre as quais cerca de 615 mil declararam-se ateias. No Censo de 2000, estes correspondiam a 7,4% (cerca de 12,5 milhões) da população.

Em 1991 essa porcentagem era de 4,7%. Cabe salientar que o IBGE, órgão oficial de pesquisas, não pergunta quem de fato é ateu, quem é agnóstico, e quem apenas não segue alguma religião preestabelecida, embora conserve a sua fé em algo transcendental, denominando todos estes grupos pelo termo "sem religião". Uma pesquisa realizada pela empresa Ipsos a pedido da agência de notícias Reuters revelou que 3% dos brasileiros entrevistados não acreditam em deuses ou seres supremos.

No Brasil, o estado da Bahia é o terceiro com maior número de pessoas sem religião; o primeiro é o Rio de Janeiro.

A capital baiana, Salvador, tem a maior porcentagem nacional de pessoas sem religião entre as capitais, 18% da população. No país todo, são mais numerosos entre os homens e entre os habitantes com menos de 55 anos. A cidade com o maior percentual de ateus é Nova Ibiá, com 59,85% dos

habitantes, de acordo com o censo de 2000 do IBGE. O segundo lugar fica com Pitimbu, na Paraíba, com 42,44%. De acordo com dados do Censo de 2010, no entanto, o município do Chuí, no Rio Grande do Sul, é o que apresenta a maior proporção de pessoas sem religião, onde 54% dos habitantes declarou não professar nenhuma fé.

Atualmente, apenas os ditos católicos e evangélicos superam em número os não religiosos. Em comparação, estima-se que a média mundial de não religiosos é de 23,5% da população total.